



ATA N.º 1/2020

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2020
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 17 DE FEVEREIRO DE 2020

-----No dia 17 de fevereiro de 2020, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de fevereiro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta do Plano de Pormenor para a UOPG3 do Plano de Urbanização da Meia-Praia;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de limpeza e manutenção de zonas balneares na área do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para a concessão de uso privativo do domínio público no Município de Lagos para instalação de mobiliário urbano e sua exploração publicitária;*
- PONTO 5 - *Apreciação dos Relatórios das Comissões Especializadas, referentes aos anos de 2018-2019.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 43 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 1v.

PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Luísa Silva Santos Pereira
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	Sessão	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	Sessão	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes	Sessão	Maria Luísa Silva Santos Pereira



PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	Sessão	Emídio Jacinto Grilo
PSD	Emídio Jacinto Grilo	Sessão	Fernando Ramos Bernardo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	Sessão	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	Sessão	Luís Miguel Machadinho Borges da Silva
PSD	Luís Miguel Machadinho Borges da Silva	Sessão	Ana Isabel da Glória Pacheco Arvelos
PSD	Ana Isabel da Glória Pacheco Arvelos	Sessão	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis – Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves - Vereadora
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante este expediente, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



Fl. 2v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.44

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 10/2019 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de setembro de 2019.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 1/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 10/2019 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de setembro de 2019.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Luísa Silva Santos Pereira
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira

-----Ata n.º 11/2019 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 9 de outubro de 2019.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 2/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 11/2019 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de setembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 9 de outubro de 2019.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro



CDS	Artur José Gomes Rêgo
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Luísa Silva Santos Pereira
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira

-----Ata n.º 13/2019 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de novembro de 2019.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 3/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 13/2019 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de novembro de 2019.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira

-----Ata n.º 14/2019 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de novembro de 2019.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 4/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 14/2019 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 26 de novembro de 2019.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Sessão a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória



Fl. 3v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PSD	Fernando Ramos Bernardo
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:

-----O Município, Sr. Nautilio Lourenço, disse o seguinte: “Venho mais uma vez pedir a esta Assembleia uma clarificação sobre a deliberação de 30 de abril de 2012, em que foi deliberado pela então Assembleia Municipal a desafetação de uma parcela de terreno, do Domínio Público Municipal localizada na Rua da Esperança. A Câmara Municipal informou esta Assembleia que, sobre o processo de desafetação da parcela de terreno para alargamento da Rua da Esperança não foram localizados quaisquer elementos referentes à mesma. Acho muito estranho o comportamento da Câmara Municipal para com esta Assembleia, como também acho muito estranho que esta Assembleia não utilize todos os seus recursos legais para exigir da Câmara Municipal uma clarificação sobre a referida desafetação, já que esta Assembleia tem na sua posse documentação referente à referida desafetação. Acrescento que venho pedindo a esta Assembleia um esclarecimento sobre o referido assunto desde 2015.”-----

-----Seguidamente o Município, Sr. Fernando David, disse o seguinte: “Boa noite. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagos, sou o Sargento Mor Fernando Manuel Neves David e venho a esta Assembleia em representação do Núcleo de Lagos da Liga dos Combatentes, Instituição de Lagos, da qual sou Presidente desde 21 de Janeiro de 2016, estando no 2.º mandato, reafirmado anualmente, como tenho feito questão de ser, nas Assembleias Gerais anuais de Núcleo. É uma honra ter a oportunidade de me dirigir a esta Assembleia. Entendo vincar que sou militar, Sargento Mor. Solicitei e foi-me concedido dirigir-me a esta Assembleia, por motivo da função que desempenho e não pela condição de militar que sou, à qual condição está vedada pela Constituição da República e, plenamente aceite vai a caminho de 42 anos, a atividade política. Também os Estatutos da Liga dos Combatentes, que represento em Lagos, não permitem atividade política. Por isso, as minhas palavras, aqui nesta Assembleia, ou seja, onde for em representação do Núcleo, só podem ser interpretadas, POR TODOS, como defesa dos seus interesses. Nunca como atividade política, que também por consciência própria, me recuso a desenvolver. Sou um dos que juraram defender a NOSSA Pátria até ao limite da vida – Sim, se necessário, morrer por ela – Não morri em sua defesa, mas sou um dos deficientes das Forças Armadas. Fui eleito para Presidir o Núcleo de Lagos da Liga dos Combatentes, de forma totalmente democrática e no Pleno respeito da Lei, assumidamente na defesa da diferença daquilo que existia antes de 2016. Senti-me na necessidade de solicitar dirigir-me a esta Assembleia, porque das diversas Reuniões que tenho tido com o Executivo e das diversas vezes que tive oportunidade de me dirigir aos Sócios do Núcleo, em Presença do Executivo



Camarário, em que foram expostas as necessidades dos Combatentes de Lagos, ainda não foi conseguido produção de efeitos. Qualquer efeito. Também porque dois membros do Executivo, dois Vereadores, há pouco tempo dirigiram-se a mim durante contactos informais que com eles tive, um durante as cerimónias evocativas do centenário da morte do Infante e outro após a última Reunião de Câmara, onde me informaram que não gostavam dos meus discursos e que tinham auscultado Sócios do Núcleo, tendo estes lhes tinham afirmado não concordarem com a atividade desenvolvida pelo Presidente. Que eu não seria representativo dos Sócios. Que a Liga dos Combatentes não era vista em Lado nenhum. Que éramos meia dúzia. Isto é o contrário da verdade absoluta, afirmada e reafirmada ao longo dos anos, nas Assembleias Gerais do Núcleo, patente nas Atas lavradas. E isto foi afirmado por representantes do Executivo em função. Não foi afirmado em função da qualidade de membros dum Partido político. O que me obrigou a dirigir-me a esta Assembleia. Sr. Presidente, a Liga dos Combatentes não nasceu em Lagos, ontem. Desenvolve atividade em Lagos desde 1923 – Oficial desde 1930. Os Órgãos Municipais deveriam nos conhecer melhor. Assim como o Povo nos conhece. Achemos que não deveríamos vir aqui falar de nós, mas serem os Órgãos Municipais a perguntarem-nos como vamos. Como isso não acontece e pelo acima referido, aqui estamos. A Liga dos Combatentes foi criada pelo Sargento Faria Afonso para defesa dos interesses daqueles que o Estado não apoiou na 1.ª Guerra Mundial. Desses já não existe nenhum, já faleceram todos. Hoje apoiamos aqueles, que pelo que se entende, o Executivo não quer ver pronunciado em Lagos, os da Guerra do Ultramar, ou Colonial, como lhe queiram chamar. Também já apoiamos os das chamadas novas Missões. Lagos deveria saber bem disso. Até temos um Talhão no cemitério, onde anualmente fazemos cerimónias com as famílias, com o Exmo. Senhor Presidente de Câmara presente. Não somos um clube de Bairro ou associação de interesses. Não somos uma associação de classes de militares: de cozinheiros, de condutores, de atiradores, de apontadores, de paraquedistas. Somos uma Associação de apoio a TODOS os que juraram Bandeira ou fizeram juramento equivalente, sejam da Marinha, do Exército, da Força Aérea, das Forças de Segurança. Integramos TODOS, seja qual fosse a sua especialidade. Também apoiamos as famílias. Os nossos Sócios são TODOS os que se inserem neste espírito, Nacionais ou Estrangeiros. Não fazemos peditórios. O que vê nos cruzamentos a pedir em nome dos Combatentes, ou outras organizações que solicitam apoios às Câmaras em nome dos Combatentes, não somos nós. Em Lagos, todos os assuntos de carácter militar, somos nós, a Liga dos Combatentes, que apoiamos os cidadãos militares e civis. O Gabinete de apoio ao cidadão não faz esse apoio: Bilhetes de Identidade Militar, Cartões de Assistência na doença, Comparticipações na doença, contactos com o IASFA, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, Contagens de tempo de Serviço, Assistência no Stress Pós-Traumático de Guerra, apoios com cadeiras de rodas, etc., etc., etc., etc.. Tudo o que tenha a ver com assuntos militares, não há na cidade quem faça além de nós. O Executivo Camarário tem que saber quem somos e o que fazemos em Lagos. É impossível que não saiba. É impossível que não veja a Praça Luís de Camões cheia



Fl. 4v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

em todas as comemorações anuais do Dia do Combatente. O Poder político SEMPRE foi convidado e o Executivo discursa. Não entendemos o que agora se passa. São os Órgãos Municipais locais que nos reconhecem, ou não, a nossa atividade. É por isso que aqui estamos a defender-nos. Repete-se: Não participamos em atividade política. Só comparecemos nas atividades oficiais da cidade quando convidados. Em 2019, nós, a Liga dos Combatentes, não fomos convidados para o dia da cidade. Outras organizações de militares estiveram presentes. Nós não sabemos se foram convidadas. Mas representámos Lagos ao longo do ano em diversas situações oficiais e não oficiais, como fazemos desde 1930. Representámos Lagos, por exemplo, no maior desfile militar da Democracia, na Avenida da Liberdade, comemorativo dos 100 anos do fim da 1.^a Guerra Mundial. A nossas expensas próprias. O Presidente da República é o nosso Presidente de Honra. Não somos meia dúzia. Somos centenas de milhares e em Lagos enchemos a Praça Luís de Camões todos os anos. Enchemos... Não somos meia dúzia! Os Núcleos da Liga dos Combatentes, no passado, eram alimentados pelos militares na situação de Reserva, aos quais não era necessário pagar vencimento. Estes beneficiavam, devido ao tempo que passavam na Liga dos Combatentes continuar a contar como tempo de Serviço Efetivo. Hoje continua assim, apesar do tempo em que podem estar na Liga dos Combatentes a fazer contagem de tempo de Serviço, tenha sido MUITO substancialmente reduzido. O problema, é que já não existem militares suficientes na situação de Reserva para fazerem este “alimento” e/ou deixou de haver interesse, porque o tempo de contagem de tempo passou a ser só de 3 anos. Há militares, mas na Reforma. O Estado reduziu, ao pormenor, as Forças Militares. Deixou, pois, de existir “funcionários”, mas o Estado não matou (ainda) os Reformados militares. Estes continuaram a necessitar de resolução dos seus assuntos específicos. Sendo cidadãos especiais, os Órgãos Cíveis do Estado não lhes resolvem os seus assuntos. Ficaram então abandonados. Mais idosos e mais dependentes, cada dia mais, recorrem MUITO MAIS à Liga dos Combatentes. Em Lagos e Concelhos limítrofes, que recorrem a Lagos, existem muitas centenas de militares que o Estado ainda não conseguiu eliminar. Precisamos, pois, do apoio dos Órgãos Municipais. Em Lagos, não existe nenhum militar na Reserva a contar tempo de Serviço. Os dirigentes do Núcleo, em Lagos, estão a substituir o Estado, sendo ABSOLUTAMENTE VOLUNTÁRIOS – O Estado não pode estar assente no voluntariado. Eu gasto, em média, todos os meses, cerca de 400,00€ do meu bolso para servir Lagos. Outras organizações de militares, representando só uma classe e sendo 14, segundo as informações que me foram dadas, são apoiadas (e muito bem), pelo Executivo Camarário. A Liga dos Combatentes de Lagos não tem qualquer apoio. Somos mais de 630 e muitos mais poderíamos ser se tivéssemos outras condições e apoio. Consideramo-nos discriminados. Representamos os Combatentes de Lagos e famílias. Portugal foi firmado pelos Combatentes. Todos terão na sua família um Combatente. A Praça Luís de Camões, onde fazemos as nossas cerimónias anuais do Dia do Combatente, tem um Monumento à Grande Guerra que foi erguido por subscrição pública feita pela Liga dos Combatentes. A questão é que falamos para os Combatentes vivos e esses, são os da Guerra do



Ultramar e os das Guerras de hoje (sim, hoje continuamos a morrer em defesa da política). Da 1ª Guerra já não existe nenhum. O Monumento não tem nenhuma referência a eles. Não faz sentido! Porque o Concelho de Lagos não tem uma referência à Guerra Colonial e aos seus 13 mortos em campanha, conforme temos pedido em todas as vezes que fizemos alocações em cerimónias e em todas as vezes que tivemos reuniões com o Executivo? Conforme existe em todo o País? Até nas Freguesias??? O Executivo tem vergonha da Guerra do Ultramar? Ainda não houve oportunidade? Quando vai haver? Estamos confiantes na perspetiva da nova Presidência do Executivo. Também os representantes do Povo na Assembleia Municipal deveriam coordenar-se melhor e não fazer política neste aspeto fundamental. Deliberou esta Assembleia fazer uma recomendação ao Executivo para ser erguido em Lagos um Monumento às Vítimas da Guerra. Mas quem são as vítimas da Guerra do Ultramar? Quando se fará o Monumento? Sim, porque foi referido que se irá fazer um concurso (Internacional? Não sabemos) Quando? Seremos nós consultados como refere a deliberação? É que a Assembleia Municipal fala em Liga dos Combatentes da Grande Guerra... Por fim deixo três convites que pessoalmente quero deixar a TODOS os membros desta Assembleia Municipal para o dia 4 de abril de 2020, no qual dia realizaremos a nossa cerimónia local do Dia do Combatente: Convite para assistirem à Cerimónia do Dia do Combatente de 2020, às 10H00, na Praça Luís de Camões; Convite para assistirem às 11H30, na nossa Sede, à nossa Assembleia Geral Anual Ordinária; Convite para se juntarem aos Sócios do Núcleo de Lagos da Liga dos Combatentes e almoçarem connosco após a nossa Assembleia Geral, em comemoração também do aniversário do Núcleo. Este convite pessoal, é independente do convite Oficial que será em devido tempo remetido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lagos, onde convidaremos os representantes do Povo de Lagos a fazerem-se representar nos 3 eventos, como sempre foi feito. Reafirmo o antes dito: É-nos vedado e aceitamos, até preferindo, o exercício em atividades de caráter político, partidário, sindical ou ideológico. Não faremos política. A verdade é a nossa 1.ª qualidade. - Compareçam nas nossas ações e conheçam-nos, sabendo que respeitarão os nossos Estatutos como nós os respeitamos; - Os militares dirão sempre o que pensam sem segundas intenções; - Defenderemos sempre os nossos legítimos interesses; - Não seremos intimidados; - Não faremos discursos para agradar à política; - Pedimos para que não haja intromissão política nas nossas diferenças internas; - Ergam um Monumento em Lagos onde se reconheça o esforço e que apare as lágrimas dos familiares que perderam 13 filhos de Lagos; - Reconheçam o nosso trabalho diário e apoiem-nos de forma a podermos contratar um funcionário, ou cedam-nos um. Apoiem-nos nas nossas deslocações oficiais em representação de Lagos. Até mesmo em algumas deslocações culturais e religiosas; Os militares de Lagos também votam e votaram em todos vós. Também são cidadãos e precisam do V/ apoio. Desejamos-vos, confiadamente, os maiores sucessos na V/ ação política.”-----
-----O Município, Sr. António Santos, começou por relatar o caso de um Município lacobrigense, de seu nome Hélio Veterano, paraplégico, que foi alvo de maus tratos no Hospital de Portimão, aquando de uma sua deslocação àquela unidade hospitalar,



Fl. 5v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

tendo acusado o Sr. Enfermeiro Nuno Ferreira de ter agredido o Sr. Hélio Veterano. Referiu que a situação dos vândalos na cidade continua sem controlo, verificando-se situações desagradáveis entre os mesmos, e os animais que os acompanham, com Municípes, junto à Igreja de Santa Maria e em diversos locais do Centro Histórico de Lagos. Sugeriu a colocação de Câmaras de vigilância, nas artérias da cidade, por forma a combater as situações de criminalidade. Referindo-se à intervenção do Sr. Fernando David, o qual falou em nome da Liga dos Combatentes de Lagos, disse que Lagos tem que tratar bem os antigos combatentes. Disse que a Academia de Música de Lagos tem ordenados em atraso, pelo que apelou para que algo fosse feito no sentido de obrigar esta Associação a pagar os ordenados aos seus funcionários. Referiu que em frente ao Clube Desportivo de Odiáxere vive um casal com problemas de saúde e que são incomodados pelo barulho. Disse que era incrível o que estavam a fazer nas Freguesias rurais, com o esvaziamento das mesmas de serviços, como foi o exemplo do encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola, em Bensafrim. Exigiu um voto de solidariedade para com os pescadores do Concelho de Vila do Bispo, na sequência do que estava anunciado fazer no mar, naquele Concelho, com a criação de viveiros de mexilhão. Referiu que o Canil Municipal já não dá resposta às necessidades do Concelho, pelo que tem que o mesmo ser ampliado, acrescentando que as pessoas que pretendam sepultar um animal no cemitério criado em Lagos para o efeito, têm que ser apoiadas, uma vez que as mesmas não têm dinheiro para suportar os custos relacionados. Terminou fazendo referência aos músicos que atuam pelas ruas da cidade sem licença para o efeito.-----

-----Seguidamente o Município, Sr. Jorge Fausto, disse que as situações relatadas por si em reuniões de Câmara ainda não foram tratadas. Referiu que trabalhava há três anos, na empresa EcoAmbiente e que nunca tinha recebido subsídio de férias.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 380/2019 a 30/2020, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 403/2019 a 25/2020, inclusive.-----

-----INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No dia 14 de janeiro de 2020 faleceu em Lagos, com 84 anos, o munícipe António Mariano da Costa Duarte, por todos conhecido por «Fiscaliza», como ele preferia ser tratado. Foi cidadão interessado por aspetos relevantes da vida da cidade e Município de Lagos, nomeadamente nos campos da prática da cidadania, com a abertura trazida pelo 25 de Abril de 1974. Foi eleito e desempenhou com dedicação e competência o cargo de Vereador na



Câmara Municipal de Lagos no mandato 1980/1982, tendo sido nomeado membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. Destacou-se como praticante e treinador de futebol nos seniores e camadas jovens do Clube de Futebol Esperança de Lagos e após o 25 de Abril alargou a sua experiência desportiva e associativa participando no GDAL, Grupo Desportivo Amador de Lagos, onde desenvolveu intensa atividade e de que foi Presidente da Direção. Exerceu a profissão de contabilista em várias empresas locais e depois do 25 de Abril fez parte da Comissão de Trabalhadores do Parque de Campismo do Porto de Mós, IMULAGOS, quando esta passou a ter que gerir a empresa. Em memória do cidadão António Mariano da Costa Duarte, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 17 de fevereiro de 2020, delibere: 1 - Cumprir um minuto de silêncio em memória de António Mariano da Costa Duarte «Fiscaliza»; 2 - Apresentar as sentidas condolências à sua companheira e mais família; 3 - Dar conhecimento desta deliberação à comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 5/AM/2020:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Sr. António Duarte.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pela Comissão Permanente: “O Algarve é uma região muito deficitária em termos de saúde, por isso verificamos que com frequência saímos nas notícias dos jornais por más razões e não somos capazes de atrair e preencher as vagas para concursos de especialistas, de grande necessidade para a região. A nossa região encontra-se a 300 Km dos hospitais centrais de Lisboa. Temos uma população flutuante muito grande, que durante o Verão duplica ou triplica, agravando uma incapacidade para prestar os cuidados de saúde de qualidade necessários. O Hospital de Faro encontra-se esgotado, sem capacidade de crescimento ou receber novas especialidades. Faltam gabinetes de consulta, as condições físicas degradadas e as condições de trabalho são más. Temos falta de camas para internamento, sendo uma das menores taxas a nível nacional. Em 2006, foi desenvolvido um estudo independente pela Faculdade de Economia do Porto, que considerou o novo Hospital Central do Algarve como a 2.ª prioridade nacional de construção de novos hospitais, a seguir ao Hospital Oriental de Lisboa (Hospital de Todos os Santos). No entanto, no Plano de Desenvolvimento 2020-23, já não figura o Hospital Central do Algarve, contam o Hospital Oriental de Lisboa, Évora, Seixal, Sintra e Madeira. Significa que, até 2023, não se iniciará a construção do novo Hospital do Algarve. Já existe terreno, projeto de construção e uma 1.ª pedra colocada desde 2008. Porque necessitamos de um novo hospital? Precisamos de um hospital altamente diferenciado, para prestar cuidados de saúde de maior qualidade aos algarvios e a quem nos visita, com boas condições de trabalho e que possa receber novas especialidades com mais e melhores equipamentos. Assim, evitaremos a



Fl. 6v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

transferência de doentes para Lisboa, porque poderão ser tratados no Algarve. Será também um incentivo muito importante para a fixação de médicos e profissionais de saúde, pois poderão desenvolver-se profissionalmente. Além disso, a ligação à Universidade e ao Curso de Medicina, beneficiará muito com um novo hospital e impulsionará os profissionais de saúde para iniciar novos projetos e trazer inovação. Estes fatores poderão contribuir significativamente para a fixação de médicos na região. O Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos algarvios, absolutamente essencial para a melhoria significativa da prestação dos cuidados de saúde. Os Deputados Municipais reunidos em Assembleia apelam ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e início da sua construção. Da presente Moção deverá ser dado conhecimento ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Presidente da República, à Sra. Ministra da Saúde, à Sra. Secretária de Estado Adjunta da Saúde, à Comissão Parlamentar da Saúde e à AMAL.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a presente Moção é mais uma forma de reivindicar a pretensão dos algarvios de ter um Hospital Central na Região, pelo que o Grupo Municipal do PS apoia, na íntegra, a Moção em apreciação.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) lembrou que o estudo que serviu de base para a elaboração da presente Moção, serviu igualmente para a elaboração de uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, em setembro de 2019, a qual foi reprovada com os votos contra do Grupo Municipal do PS, pelo que estava curioso para saber o que tinha acontecido de setembro de 2019, para fevereiro de 2020, para que o Grupo Municipal do PS tivesse alterado a sua posição em relação ao estudo. Terminou anunciando o voto favorável do Grupo Municipal do PSD na Moção em apreciação.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF há muito que defende melhores condições para a prestação de cuidados de saúde, quer em Lagos, quer no Algarve, pelo que irá apoiar a presente Moção.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Moção em causa não tem como base um estudo de 2006, até porque são necessários estudos mais recentes, ao contrário do que se verificava na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD em setembro de 2019.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que a verdade é que a presente Moção toma em consideração o estudo efetuado em 2006.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por informar que o Grupo Municipal da CDU ia votar a favor da Moção em causa, e lembrou que o PCP há muito que se debate pela construção do Hospital Central do Algarve, na Assembleia da República. Fez ainda referência ao branqueamento político que tem sido feito, ao longo dos anos, pelos diversos Governos, em relação à construção do Hospital Central do Algarve.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 6/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção, apresentada pela Comissão Permanente.-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A CDU vota



favoravelmente a Moção apresentada, tendo em conta que nenhuma dúvida tem sobre a urgência da necessidade da construção do Hospital Central do Algarve, questão pela qual, ao longo dos anos, se tem batido. No entanto e tendo em conta que este não é um problema recente, mas que se arrasta há décadas, importa não branquear as responsabilidades políticas de OS, PSD e CDS que, em sucessivos Governos, têm vindo a adiar a construção desta infraestrutura, ao mesmo tempo que mantêm uma falta de resposta aos vários problemas de instalações, meios humanos e materiais dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos, fundamentais para garantir o acesso dos Algarvios à Saúde até à concretização do Hospital Central do Algarve, num modelo de gestão pública integrado no Serviço Nacional de Saúde.”---
-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 27 de janeiro, assinalaram-se os 75 anos da libertação, pelo Exército Soviético, do campo de concentração de Auschwitz, onde foram assassinados – nas câmaras de gás, pela fome e a doença, nos fuzilamentos e sob a tortura – mais de um milhão e cem mil seres humanos. Em resultado da política nazi de extermínio foram assassinados, incluindo nos campos de concentração, milhões de seres humanos, na sua maioria prisioneiros de guerra e civis soviéticos, judeus, ciganos, entre muitos outros. Os campos de concentração nazis foram também campos de trabalho escravo ao serviço dos grandes monopólios alemães que desempenharam um papel decisivo na ascensão de Hitler e do nazismo ao poder na Alemanha. Campos onde a exploração do trabalho era levada ao extremo – até à morte – e onde aqueles que eram considerados inaptos para o trabalho eram cruelmente eliminados. Ao assinalar esta data, é justo recordar o contributo da URSS e do povo soviético – que sofreu mais de 20 milhões de mortos – para a Vitória sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial. 75 anos depois, só pode ser motivo de preocupação e de indignação o surgimento em países na Europa de forças que, apresentadas sob títulos de aparência inofensiva, reabilitam o fascismo e glorificam os colaboracionistas com o nazismo, ao mesmo tempo que destroem monumentos ao Exército Soviético libertador e perseguem comunistas e outros democratas. Para que nunca mais se repitam os horrores de Auschwitz, do nazi-fascismo e da guerra, é premente a consciencialização e mobilização dos democratas em defesa da paz e da verdade, rejeitando o branqueamento do fascismo, a banalização da ideologia fascista, a mentira e a falsificação histórica. Foi por estas razões que a Assembleia da República deliberou, em 28 de Janeiro de 2010, aprovar a Resolução n.º 10/2010 consagrando o dia 27 de Janeiro como o Dia de Memória do Holocausto, assumindo o compromisso de promover a memória e a educação sobre o Holocausto nas escolas e universidades, nas nossas comunidades e outras instituições, para que as gerações futuras possam compreender as causas do Holocausto e refletir sobre as suas consequências. Não podendo a Assembleia alhear-se da passagem dos 75 anos da libertação de Auschwitz, assim como da mensagem e do compromisso expresso na Resolução da Assembleia da República, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 17 de fevereiro de 2020, delibere: 1 - Recordar e homenagear as vítimas do nazi-fascismo, assim como todos quantos



Fl. 7v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

resistiram, lutaram e derrotaram a barbárie nazi-fascista à custa de inenarráveis sacrifícios; 2 - Repudiar o branqueamento do fascismo, a banalização da sua ideologia e a promoção de forças de cariz fascizante. 3 - Publicar esta deliberação na página eletrónica da Assembleia Municipal e enviar aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que o Grupo Municipal do PS considera importante assinalar-se a data, no entanto considera que só ser referido o Exército Soviético no Voto de Pesar, será exagerado, uma vez que outras forças militares contribuíram para a libertação do campo de concentração de Auschwitz. Referiu que o Grupo Municipal do PS, apesar de não concordar com os considerandos do documento, concorda com a parte deliberativa, pelo que anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS no Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF corrobora da opinião emitida pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o PS tinha aprovado uma Moção, na Assembleia da República, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, com os mesmos termos da agora apresentada na Assembleia Municipal e com o rigor histórico que consta no documento agora em apreciação, por isso estranha a intervenção do Grupo Municipal do PS.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que um conservador e cristão, democrata cristão, está sempre solidário com todas as iniciativas tendentes a condenar abusos, violência e ditaduras. Referiu que a referência ao Exército Soviético, no documento em apreciação, estava correta, pelo que anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do CDS no Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU. Desafiou o Grupo Municipal proponente deste Voto de Pesar a apresentar iguais votos de pesar pelos milhões de polacos que morreram perante a inércia e a passividade do Exército Soviético que parou do lado de lá do rio à espera que os nazis acabassem o extermínio em Varsóvia e a destruíssem antes de a atravessarem, do mesmo regime soviético que tinha feito com o Hitler um pacto de não-agressão que permitiu a invasão da Áustria e da Polónia, por parte do regime de Hitler e o começo dos campos de extermínio nesses países, do mesmo regime soviético e dos regimes da Europa de Leste, em geral, que ao longo da história, reprimiram, massacraram e mataram todos aqueles que se lhe opuseram.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que Pinochet também era conservador e católico.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que Pinochet não era democrata cristão.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que não era nada estranho o que tinha dito na sua anterior intervenção, uma vez que o PS, a nível local, tem a sua consciência. Acrescentou que o Grupo Municipal do PS não tem por hábito apresentar documentos na Assembleia Municipal, redigidos a nível nacional.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD ia votar a favor do Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, pela parte deliberativa, uma vez que não concordavam com a grande maioria do colocado no



preâmbulo do documento. Referiu que a destruição referida no documento, provavelmente deve-se à falta de democracia que proliferou durante muitos anos nos antigos países de leste.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 7/AM/2020**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Por várias vezes a Assembleia tem exprimido a sua preocupação sobre atrasos e supressão de comboios na Linha do Algarve. O Governo tem reconhecido “que atrasos e supressões de comboios causam grandes constrangimentos aos utilizadores”, e tem informado estar a promover “os maiores esforços na melhoria de qualidade do serviço prestado”. Contudo, a Linha do Algarve continua a registar um elevadíssimo número de supressão de comboios. De acordo com um levantamento promovido pelo PCP, no mês de dezembro de 2019, em apenas 3 semanas foram suprimidos 31 comboios regionais entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Faro e Lagos: Dia 4 de dezembro: - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 - 5912 FARO 18:25 - LAGOS 20:08 Dia 5 de dezembro: - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 - 5901 LAGOS 06:14 - FARO 07:59 - 5705 FARO 09:55 - VRSA 11:00 - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 - 5912 FARO 18:25 - LAGOS 20:08 Dia 6 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 - 5901 LAG 06:14 - FARO 07:59 - 5705 FARO 09:55 - VRSA 11:00 - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 Dia 7 de dezembro - 5702 VRSA 06:12 - FARO 07:47 Dia 11 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 Dia 12 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 Dia 13 de dezembro - 5702 VRSA 16:42 - FARO 07:47 - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 Dia 14 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FAR 07:47 Dia 18 de dezembro - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 Dia 19 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 - 5719 FAR 18:25 - VRSA 19:36 Dia 20 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 - 5701 FARO 07:50 - VRSA 10:07 - 5706 VRSA 09:08 - FARO 10:17 - 5707 FARO 11:34 - VRSA 12:38 - 5719 FARO 18:25 - VRSA 19:36 Dia 21 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 Dia 22 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FARO 07:47 - 5723 FARO 20:36 - VRSA 21:41 Dia 23 de dezembro - 5702 VRSA 06:42 - FAR 07:45 - 5717 FARO 17:53 - VRSA 19:03 A ocorrência destas supressões de comboios não é alheia a um conjunto de problemas na Linha do Algarve para os quais temos vindo a chamar a atenção e que carecem de resolução urgente. Mesmo antes da concretização da eletrificação da Linha do Algarve (cuja obra foi anunciada pelo Governo com início em 2019 e conclusão em meados de 2021, sem que, até à data, a obra não tenha tido aberto o concurso), podem e devem ser realizadas outras intervenções visando a prestação aos utentes de um serviço de melhor qualidade, designadamente a melhoria do material circulante, garantindo a sua fiabilidade e maior comodidade para os utentes. Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 17 de fevereiro de 2020, delibere: 1 - Manifestar o seu repúdio à Administração da CP por esta situação que tanto



Fl. 8v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

prejudica as populações que utilizam a Linha do Algarve e a economia da região; 2 - Expressar o seu protesto pelo atraso dos trabalhos de eletrificação da Linha do Algarve; 3 - Dar conhecimento desta deliberação à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que as preocupações espelhadas na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, são as mesmas do PS local e regional.--

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) recordou que a obra para a eletrificação da linha férrea do Algarve há muito que está feita, a nível de infraestruturas, faltando apenas a fase final, relacionada com o levantamento dos postes e catenárias. Disse que infelizmente, todos os Governos desde José Sócrates foram empurrando o assunto para a frente, com especial prejuízo para Lagos, sem que seja dada qualquer justificação.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que nos últimos quatro anos a ferrovia 2020 foi executada apenas em onze por cento.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que os Governos têm empurrado o assunto, no entanto o presente Governo tem um investimento previsto para a ferrovia previsto executar até 2023, sob pena, para o caso de não o cumprir, de perder fundos comunitários. Referiu que a crise teve uma grande responsabilidade no desinvestimento verificado nas infraestruturas ferroviárias, mas espera que o investimento nesta área seja retomado no mais curto espaço de tempo.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que há trinta anos quando começaram a entrar fundos comunitários no País, os mesmos foram encaminhados para o investimento na rodovia, tendo a ferrovia ficado para trás, o que fez com que a CP ficasse fracionada. Referiu que era tempo de as Autarquias Locais baterem o pé junto do Governo Central e exigir uma aposta definitiva no transporte ferroviário.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse concordar com a questão do desinvestimento na ferrovia, no entanto existe uma grande vontade em repor o investimento na ferrovia no Algarve, sendo essa uma prioridade do atual Governo. Referiu que a medida do passe único e da redução dos preços dos passes faz com que existam mais pessoas a utilizar os transportes públicos, por isso o investimento neste sector é fundamental.-

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que anteriormente tinham sido igualmente anunciados grandes investimentos na ferrovia, no entanto nada foi feito. Referiu que atualmente a única coisa que a tutela fez, e bem, foi a fusão de empresas relacionadas com a CP. Disse que Portugal produzia, com qualidade, o próprio material rolante e exportava, no entanto, tudo isso foi negligenciado.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o anterior Governo tinha concluído a beneficiação da EN 125 no Barlavento. Referiu que o atual Governo já está a fazer algo a nível da ferrovia. Lamentou que tendo o CDS-PP um Deputado pelo Algarve na Assembleia da República, no tempo em que o PSD e o CDS-PP foram Governo, estes assuntos não tenham ficado resolvidos.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que, por vezes, mais vale estar calado do que estar a dizer asneiras, porque se o Sr. Carlos Saúde tivesse tido o cuidado de consultar o sítio da internet da Assembleia da República, para verificar a lista de atividade e intervenções, da sua pessoa, enquanto Deputado da Assembleia da



República, teria verificado as intervenções feitas nos Governos de José Sócrates e de Pedro Passos Coelho, sobre a matéria e como sempre se prenunciou sobre o assunto.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o Sr. Artur Rêgo percebeu mal as suas palavras, uma vez que não tinha dito que o Sr. Artur Rêgo, enquanto Deputado da Assembleia da República, nada tinha feito em relação ao assunto, tinha dito sim, que nada foi resolvido, o que é diferente.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 8/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Sobre as notícias do encerramento do balcão bancário da Caixa Crédito Agrícola em Bensafrim, lembramos que: 1 - O Crédito Agrícola era o único balcão bancário aberto na Freguesia de Bensafrim e Barão de São João e era a única opção para empresas e muitos habitantes da Freguesia, grande parte deles envelhecidos, com reduzida capacidade de acesso a meios digitais; 2 - Durante muitos anos este balcão chegou a ter 2 funcionários e esteve aberto em horário normal de instituição bancária. Ultimamente tinha somente 1 funcionário e só estava aberto 2 dias por semana e 2 horas por dia, sendo que nestes curtos períodos de abertura a afluência e a espera eram grandes; 3 - Com este encerramento, a população e empresas afetadas deixaram de contar com o único balcão bancário existente na Vila, o que terá efeitos nefastos para os esforços de desenvolvimento e coesão territorial que todos pretendem e merecem; 4 - O encerramento do Crédito Agrícola em Bensafrim constituirá mais uma degradação das condições de vida locais e um ataque flagrante à população e economia da Freguesia, potenciando o agravamento da desertificação económica e populacional; 5 - Tratando-se de uma intenção de um banco privado, esta insere-se numa política mais geral de degradação dos serviços públicos que os sucessivos governos têm imposto às populações. Tem sido assim com o encerramento de escolas, correios, centros de saúde, transportes e outros serviços, levando a um isolamento cada vez maior das comunidades rurais; 6 - Portugal estará condenado à desertificação da maior parte do território, com todos os perigos daí decorrentes, quando assenta a sua organização territorial e coesão social exclusivamente na base económica com a maximização absoluta do lucro, sem solidariedade entre litoral e interior, entre cidades e zonas rurais, entre unidades mais lucrativas e unidades menos lucrativas; 7 - Por outro lado, esta intenção soma-se a decisões idênticas por parte deste Banco na região e de vários outros grupos bancários, entre eles o banco público CGD, confirmando o percurso de concentração bancária com o despedimento de trabalhadores e ao mesmo tempo que aumentam os custos para a população em oposição ao aumento dos lucros da banca; Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 17 de fevereiro de 2020, delibere: 1 - Manifestar o mais vivo repúdio pelo encerramento do balcão da Caixa



Fl. 9v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

de Crédito Agrícola em Bensafrim; 2 - Que a Câmara Municipal de Lagos e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João desenvolvam todos os esforços junto da Caixa de Crédito Agrícola ou de outras entidades, no sentido de continuarem a ser prestados serviços bancários em Bensafrim; 3 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, à Assembleia da República, à Câmara Municipal de Lagos, às outras Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Lagos, às restantes Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, à AMAL, à ANAFRE e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que no início do ano, tinha sido escrita mais uma página negra na história da Vila de Bensafrim, com o encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola. Referiu que tudo fez a Junta de Freguesia para reverter a situação e continua a trabalhar no sentido de reverter este encerramento. Disse que deve ser tomada em consideração a hipótese de ser criado em Bensafrim um parque empresarial, situação que atrairia outros investimentos para a Vila. Terminou anunciando o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a base do texto da Moção em apreciação é a mesma que esteve na base do documento apresentado pelo eleito da CDU na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, no final de 2019, numa fase em que o balcão ainda não estava encerrado.----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) informou que o PSD local tinha tomado a iniciativa de fazer uma exposição à Administração da Caixa Agrícola, pedindo para que reconsiderassem a atitude de encerrar o balcão em Bensafrim que muito prejudicava a União de Freguesias. Lamentou o facto de das três Vilas existente no Concelho de Lagos a de Bensafrim ser a única que não tem uma instituição bancária a funcionar.

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 9/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Depois de em fevereiro de 2018 a Assembleia Municipal ter aprovado a exigência dos CTT retornarem ao controle público, agora, no ano em que termina o contrato de concessão, mais uma vez o tema dos serviços postais e da empresa CTT regressa à Assembleia Municipal, porque se tornam evidentes as consequências gravosas da privatização deste serviço público, realizada pelo Governo PSD/CDS. Como já várias vezes referimos, a privatização prejudicou todos os utentes, que ficaram com um serviço mais caro, mais inacessível e mais lento, prejudicou os trabalhadores da empresa, que viram aumentar a exploração e degradarem-se as condições de trabalho, prejudicou o País que se confronta com uma rede mais reduzida de balcões dos CTT, agravando desigualdades no território. Um País que também ficou mais pobre, tendo perdido um rentável sector estratégico e um serviço público essencial às populações. Com a privatização apenas ganharam aqueles que se apropriaram da empresa, que



continuam a alienar o seu património, que criaram um banco com a licença dos CTT, que transformaram muitos dos balcões dos CTT em lojas de bugigangas e que agora se preparam para reclamar a renovação da concessão do Serviço Postal Universal, que termina em 2020. Como exemplo da degradação que a gestão privada representa, os envelopes de Correio Azul deixaram de estar disponíveis nos Balcões dos CTT, com os utentes a serem empurrados para pagar mais 30 centimos no correio verde, ou a pagar mais 400% no Correio Expresso. E isto para a entrega em 24 horas, que nos tempos da gestão pública os CTT garantiam para a esmagadora maioria do Correio Normal. A renacionalização dos CTT é uma necessidade. No entanto, não se deve confundir a renacionalização com a “participação no capital da empresa” por parte do Estado como tem vindo a ser admitido por parte do Governo PS. Quando falamos em recuperar o controlo público, falamos de mais de que do capital da empresa: falamos da capacidade de garantir que esse controlo público se traduza numa orientação clara e num mandato concreto para uma gestão democrática e social, que promova o serviço público e o trabalho estável e com direitos, que volte a colocar os Correios ao serviço do Povo e do País. Face ao exposto, e considerando que 2020 é o ano da decisão sobre o contrato, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 17 de fevereiro de 2020, delibere novamente: 1 - Recomendar ao Governo que avance para a recuperação do controle público e propriedade dos CTT; 2 - solidarizar-se com a luta dos trabalhadores e das populações que por todo o País têm protestado contra os despedimentos e a degradação do serviço postal; 3 - dar conhecimento desta deliberação à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS muito tinha contra o encerramento de balcões dos CTT e por isso não via mal nenhum no recomendado na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, pelo que anunciou o voto favorável, por parte do Grupo Municipal do PS, na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	2	0	2	1	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	0	0	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 10/AM/2020**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “O CDS vota contra porque mais uma vez esta Moção vem mostrar aquilo que é a visão de uma certa esquerda do que é o papel do Estado. O grande problema que temos nos CTT, como noutros setores, não tem a ver com o ser privado ou ser público. O Estado é mau gestor e o Estado é tão mau gestor naquilo que gere diretamente como na celebração dos contratos de prestação de serviços públicos pelas entidades privadas



Fl. 10v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que, dentro da sua atividade, tem também incorporada uma componente de serviço público. Portanto nós somos, absolutamente contra a passagem para a esfera pública novamente dos CTT, somos absolutamente a favor, e teríamos votado aqui uma Moção, de condenação ao Estado português ou por ter feito mal o contrato aquando da privatização, ou por não estar a exercer os deveres de vigilância a que estão obrigados, e de fiscalização se a empresa que está a prestar o serviço está a prestá-lo convenientemente a defender o interesse público e aquilo que está contratado e é por aí que passa a resolução dos CTT não é pela nacionalização novamente.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Fernando Bernardo (PSD): “A bancada do PSD votou a favor desta Moção de qualquer das maneiras lembra que a concessão a privados dos CTT foi uma imposição da Troika.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Ponta da Piedade constitui o remate com que a Costa D’Oiro entra pelo mar e desde sempre representou, para o imaginário da comunidade lacobrigense, um misto envolvendo o encantamento face à maravilha ali construída pela ação milenar da natureza e o sentimento próximo de religiosidade a que conduz o deslumbramento diante da imensidão oceânica que dali se depara ao observador. Surgiu assim a mística da Senhora da Piedade, em louvor da qual foi erigida uma ermida na Ponta da Piedade e foi criada a devoção da comunidade piscatória de Lagos, com a celebração anual de festividades marítimas. Para atender a este significado e importância da Ponta da Piedade, realizou-se em 28 de Abril de 2018 um Seminário aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal e por si promovido com a participação de um painel de cientistas, a Câmara Municipal, o autor do projeto e o Diretor do Centro de Ciência Viva de Lagos, assim como o interesse de vasta e amplamente participativa assistência de público. No Seminário foi assumido pela Câmara Municipal o compromisso de que o projeto para a segunda fase da intervenção seria debatido publicamente. Assim, considerando também que na entrevista publicada em dezembro de 2016, a Presidente da Câmara havia anunciado para 2017 o início do projeto da segunda fase da intervenção, passado este tempo, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 17 de fevereiro de 2020, delibere: 1 - Que a Assembleia Municipal de Lagos organize um Seminário aberto, a realizar no segundo trimestre de 2020, intitulado II FASE DA INTERVENÇÃO NA PONTA DA PIEDADE, solicitando a colaboração da Câmara Municipal 2 - Que sejam convidados a participar neste Seminário os mesmos intervenientes do Seminário anterior. 3 - Que seja incumbida a Comissão Permanente ou a Comissão de Projeto da organização do Seminário. 4 - Que seja dado conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a concretização da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, não tinha cabimento depois de ser apresentado o projeto, pelo que a realização de um Seminário antes da apresentação do projeto não era oportuno. Realçou o sucesso que está a ser a execução da obra referente à primeira fase da intervenção na Ponta da Piedade esperando que a segunda fase



tenha o mesmo, ou maior sucesso. Terminou dizendo que se o texto da Proposta não for alterado o Grupo Municipal do PS votaria contra a mesma.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD era a favor da Proposta em apreciação. Lembro que a primeira fase do projeto tinha sofrido algumas alterações depois de alguma pressão feita por parte de algumas entidades, pelo que faz todo o sentido realizar-se um Seminário para recolher propostas de aperfeiçoamento do projeto, para que depois do mesmo começar a ser concretizado não tenha que sofrer alterações como se verificou com a primeira fase.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o proposto vem no seguimento do compromisso assumido pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, na altura em que foi realizado o Seminário sobre a primeira fase da intervenção na Ponta da Piedade, de que, depois do projeto referente à segunda fase da intervenção na Ponta da Piedade estar pronto, realizar-se-ia um Seminário e é isso que é proposto.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que irá haver uma discussão pública referente ao projeto em causa e todos os contributos podem ser dados nessa altura.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) anunciou a seguinte redação para o Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta: “Que a Assembleia Municipal de Lagos organize um Seminário aberto, a realizar aquando da abertura da discussão pública do projeto intitulado II FASE DA INTERVENÇÃO NA PONTA DA PIEDADE, solicitando a colaboração da Câmara Municipal.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que após a apresentação do projeto haverá todo o interesse em se realizar o Seminário proposto, pelo que uma vez que o texto foi alterado, anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 11/M/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Proposta, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: “A Ponta da Piedade constitui o remate com que a Costa D’Oiro entra pelo mar e desde sempre representou, para o imaginário da comunidade lacobrigense, um misto envolvendo o encantamento face à maravilha ali construída pela ação milenar da natureza e o sentimento próximo de religiosidade a que conduz o deslumbramento diante da imensidão oceânica que dali se depara ao observador. Surgiu assim a mística da Senhora da Piedade, em louvor da qual foi erigida uma ermida na Ponta da Piedade e foi criada a devoção da comunidade piscatória de Lagos, com a celebração anual de festividades marítimas. Para atender a este significado e importância da Ponta da Piedade, realizou-se em 28 de Abril de 2018 um Seminário aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Municipal e por si promovido com a participação de um painel de cientistas, a Câmara Municipal, o autor do projeto e o Diretor do Centro de Ciência Viva de Lagos, assim como o interesse de vasta e amplamente participativa assistência de público. No Seminário foi assumido pela Câmara Municipal o compromisso de que o projeto para a segunda fase da intervenção seria debatido publicamente. Assim, considerando também que na entrevista publicada em dezembro de 2016, a Presidente da Câmara



Fl. 11v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

havia anunciado para 2017 o início do projeto da segunda fase da intervenção, passado este tempo, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 17 de fevereiro de 2020, delibere: 1 - Que a Assembleia Municipal de Lagos organize um Seminário aberto, a realizar aquando da abertura da discussão pública do projeto intitulado II FASE DA INTERVENÇÃO NA PONTA DA PIEDADE, solicitando a colaboração da Câmara Municipal. 2 - Que sejam convidados a participar neste Seminário os mesmos intervenientes do Seminário anterior. 3 - Que seja incumbida a Comissão Permanente ou a Comissão de Projeto da organização do Seminário. 4 - Que seja dado conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A criação das Regiões Administrativas, constitucionalmente consagradas desde 1976 continua por concretizar. Objeto das mais elogiosas referências, mesmo dos que a ela se têm oposto, sobre o seu significado para uma efetiva descentralização e para a adiada racionalização da administração do Estado e dos seus serviços, as opções têm sido sempre as de afastar a sua concretização. Ciclicamente sucedem-se as iniciativas que em nome do indisfarçável preenchimento da dimensão regional em termos de condução e definição de políticas que lhe correspondam, persistem em apresentar soluções baseadas nos limites da desconcentração. A ideia também repetida de que soluções baseadas em “aperfeiçoamentos” na organização e funcionamento das estruturas desconcentradas do Estado abrem espaço à aceitação da regionalização ou que constituem uma fase de teste em que desaguardaria na criação das regiões administrativas carecem de total fundamento. Como se tem provado, e mesmo em meios académicos é reconhecido, a desconcentração não só não é uma antecâmara da descentralização como por si mesma é contrária à descentralização e à sua afirmação. As alterações em estruturas desconcentradas da Administração Central (no caso das CCDDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), como alguns defendem, por mais que visem dar expressão a uma efetiva política de desenvolvimento regional não responde, não ilude, nem preenche a ausência de regiões administrativas. A chamada legitimação por via da alteração de órgãos e participação dos eleitos municipais não só não altera a natureza da CCDDR, enquanto estruturas desconcentradas da Administração Central, como avolumará a contradição entre essa natureza e as legítimas perspetivas dos municípios. Na verdade, o modelo criará, como não podia deixar de criar, um conflito entre a alegada atribuição de mais poderes aos municípios (por via da eleição) e o papel dos membros do conselho diretivo por um lado, e o poder efetivo de condução e decisão política do Governo por outro. A implementação de políticas e instrumentos de planeamento regionais mantêm-se sujeitos à aprovação do Estado. A ideia de que com este modelo a intervenção dos municípios ganhará força – designadamente quanto à sua influência na conformação de políticas regionais – não encontra fundamento. Igualmente o processo de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais põe em evidência que a resposta coerente e plena a esta questão precisa de ser examinada e enquadrada por uma delimitação de



responsabilidades entre os vários níveis da administração, enquanto condição para se poder traduzir no elevar da eficácia da resposta e na capacidade de resolução de problemas nos vários domínios. Poucos negarão que uma efetiva e sustentada descentralização é inseparável da instituição das regiões administrativas. A sua concretização é, desde logo, um imperativo constitucional. Mas é também, e sobretudo, condição para três objetivos essenciais de uma política descentralizadora: dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração (central, regional e local); criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a ativa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; garantir a defesa da autonomia do poder local. Mas mesmo os que não ousam negar o óbvio, alguns encontram argumentos para na prática manter adiada a sua concretização. Perante o incontestável facto de a regionalização constituir uma daquelas reformas estruturais, indispensáveis ao cabal cumprimento da Constituição, que se impõe como contribuição para reforçar a vida democrática, para assegurar uma profunda reforma progressista da administração pública, para criar melhores condições para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas do país e para preservar a autonomia municipal, o PCP/CDU continuam em coerência a bater-se, não apenas em palavras mas por atos, pela sua definitiva criação. Gostaríamos ainda de referir que esta mesma proposta já foi aprovada no passado dia 17 de dezembro de 2019 pela Assembleia Intermunicipal do Algarve. Nesse sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 17 de fevereiro de 2020, delibere recomendar à Assembleia da República: 1 - Submeter à consulta das Assembleias Municipais, até ao final do primeiro semestre de 2020 a proposta de dois mapas possíveis de criação em concreto das Regiões Administrativas. 2 - Estabelecer um prazo até ao final de 2020 para que as Assembleias Municipais enviem o resultado do debate, deliberações ou pareceres que entendam emitir em concreto. 3 - Aprovar no primeiro semestre de 2021 a Lei de Criação das Regiões Administrativas e a proposta de convocação de um referendo que possa vir a realizar-se no segundo trimestre de 2021. 4 - Proceder à eleição dos órgãos das Regiões Administrativas em data coincidente com as eleições para os órgãos das autarquias locais em 2021. E ainda delibera enviar esta moção para os Órgãos Autárquicos da Região, aos Grupos Parlamentares e ao Governo.”--

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) anunciou o voto contra do Grupo Municipal do CDS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, uma vez que Portugal não tem dimensão territorial para estar subdividido em Regiões, independentemente do que diz a Constituição.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o PS é a favor da Regionalização, no entanto os prazos propostos na Recomendação em apreciação não são concretizáveis para além de este ser um assunto que tem que ser tratado pela Assembleia da República.--

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Assembleia da República não cumpre prazos, relativamente à Regionalização, há mais de quarenta anos. Referiu que toda a retórica proferida não é mais nem menos do que não querer cumprir o que está estipulado na Constituição.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o



Fl. 12v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	2	1	1	4
ABSTENÇÕES	15	2	3	0	0	0	0	20
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	0	0	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 12/AM/2020**

-----**Aprovada**, por maioria, a Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto, efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “Nós somos absolutamente contra a criação das Regiões Administrativas pelas razões expostas na intervenção que foi feita e no caso concreto do Algarve e considerando, como toda a gente considera, que se fale em Regiões Administrativas, o Algarve seria uma Região Administrativa, o Algarve não tem nem massa crítica de um ponto de vista empresarial, de um ponto de vista de infraestruturas e de um ponto de vista de população. A única coisa que a criação de uma Região Administrativa iria criar era estruturas políticas intermédias, cujos encargos seriam suportados pela própria Região, um Governo Regional, um Parlamento Regional, etc., aquilo que existe a nível nacional era transposto para a Região e a ser suportado por nós e depois teríamos uma coisa muito engraçada que era um Parlamento Nacional em que os Deputados deixavam de estar lá a representar o País e os portugueses no seu todo e passavam a estar a representar a sua Região. Ora Regiões como o Algarve e como o Alentejo com a densidade populacional que têm, com o número de Deputados, vocês estão a ver quando chegasse a altura de distribuição do bolo que peso é que nós íamos ter para conseguir ter daquilo que é a fatia nacional, atração de investimento nacional para aqui, iria tudo para as Regiões com mais peso. Por outro lado, um País com as características de Portugal, com a sua dimensão, tanto populacional, como territorial e com o seu PIB, tem de assentar o seu desenvolvimento local no municipalismo e a prova está dada ao longo destes quarenta anos. O desenvolvimento das diversas Regiões do País tem sido feito ao nível do Município pelo trabalho excelente dos autarcas, das autarquias, que têm suprido no terreno aquilo que foi a ausência do Governo Central ao longo destes anos todos, e para fazer isso, que é um trabalho excelente, tem que se dar mais condições às autarquias, tem que se dar mais condições ao Municipalismo, não estar a criar custos adicionais estruturas administrativas adicionais, encargos adicionais, que não vem trazer nada que o Municipalismo em si não possa já resolver.”-----

-----Declaração de Voto, efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “O texto explica bem a situação atual, portanto votamos favoravelmente, porque também propusemos este texto. Realmente a democracia tem custos porque senão não havia democracia.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “O Cais da Salaria, infraestrutura portuária da nossa cidade é frequentado todos os anos por milhares de Lacobrigenses e turistas que aproveitam tanto os dias calmos de mar e estio para



passar e aproveitar uma perspetiva diferente das nossas praias e vistas tanto da cidade e da barra, como por vezes observar de perto o alteroso mar de fora que nos traz o vento Sueste. A natureza é implacável a reclamar para si o que o Homem lhe conquistou, assim como é, ou deve ser forte e persistente o esforço humano em manter essa conquista. O estado de degradação em que se encontram os pavimentos do Cais da Solaria, como as imagens documentam, parece deixar adivinhar que o Homem não está muito interessado em manter para seu proveito, o que outros conseguiram com esforço. Calculamos que no passado esta responsabilidade recaísse sobre o Instituto dos Portos ou outra qualquer Autoridade superior que o Estado é pródigo em criar para diluir responsabilidades, atrasar processos de decisão e no fundo paralisar ações e também não estamos certos que no presente com o vaivém de competências entre Estado central e Autarquia seja clara e cristalina a competência do arranjo e manutenção desta infraestrutura. Sabemos da certeza que esta continua no seu processo inexorável de degradação e cada vez mais perigosa para os utentes deste espaço. O Grupo Municipal do PSD – Lagos vem propor à Assembleia Municipal de Lagos que inste a Câmara Municipal a proceder à reparação dos pavimentos e equipamentos que se encontram danificados no Cais da Solaria, ou caso não seja de sua responsabilidade a requerer a quem de direito que o faça urgentemente.”-----

-----Esta Moção foi acompanhada pelos seguintes diapositivos:





Fl. 13v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que já tinham sido feitas, em reuniões da Assembleia Municipal, várias abordagens de situações irregulares, pelo que o que intriga o Grupo Municipal LCF é como é que situações destas chegam à Assembleia Municipal, ou seja, porque é que tem que chegar ao Plenário uma situação do dia-a-dia, quando a Assembleia Municipal deveria tratar de assuntos mais complexos. Referiu que o Grupo Municipal do PSD fez muito bem em trazer o assunto, mas a Câmara Municipal, em conjunto com a Junta de Freguesia, devia tratar deste tipo de assuntos, para que não fosse necessária esta exposição em Assembleia Municipal.----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a obra necessária a realizar no Cais da Solaria é da responsabilidade da Docapesca e não da Câmara Municipal, nem da Junta de Freguesia. Referiu que o que a Câmara Municipal pode fazer é fazer chegar à Docapesca esta situação.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que a Moção é clara, ou seja, se a responsabilidade for da Câmara Municipal esta deve de assumir, não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal, esta deve dirigir-se a quem tem responsabilidade, sendo que a realidade é que o Cais da Solaria não pode continuar no estado em que está.-----



-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm a obrigação de chamar à atenção, a quem de direito, para este tipo de situações.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a Junta de Freguesia chama à atenção das entidades competentes para as irregularidades que deteta, pelos canais próprios e não através da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu ao Grupo Municipal do PSD que alterasse a Moção no sentido de ser a própria Assembleia Municipal a chamar à atenção da Docapesca para a situação, em vez de ser a Câmara Municipal a fazê-lo.--

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD aceitava a proposta do Grupo Municipal da CDU pelo que a parte final da Moção passava a dizer o seguinte: “O Grupo Municipal do PSD – Lagos vem propor à Assembleia Municipal de Lagos que inste Doca Pesca a proceder à reparação dos pavimentos e equipamentos que se encontram danificados no Cais da Solaria.”-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 13/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD: “O Cais da Solaria, infraestrutura portuária da nossa cidade é frequentado todos os anos por milhares de Lacobrigenses e turistas que aproveitam tanto os dias calmos de mar e estio para passear e aproveitar uma perspetiva diferente das nossas praias e vistas tanto da cidade e da barra, como por vezes observar de perto o alteroso mar de fora que nos traz o vento Sueste. A natureza é implacável a reclamar para si o que o Homem lhe conquistou, assim como é, ou deve ser forte e persistente o esforço humano em manter essa conquista. O estado de degradação em que se encontram os pavimentos do Cais da Solaria, como as imagens documentam, parece deixar adivinhar que o Homem não está muito interessado em manter para seu proveito, o que outros conseguiram com esforço. Calculamos que no passado esta responsabilidade recaísse sobre o Instituto dos Portos ou outra qualquer Autoridade superior que o Estado é pródigo em criar para diluir responsabilidades, atrasar processos de decisão e no fundo paralisar ações e também não estamos certos que no presente com o vaivém de competências entre Estado central e Autarquia seja clara e cristalina a competência do arranjo e manutenção desta infraestrutura. Sabemos da certeza que esta continua no seu processo inexorável de degradação e cada vez mais perigosa para os utentes deste espaço. O Grupo Municipal do PSD – Lagos vem propor à Assembleia Municipal de Lagos que inste Doca Pesca a proceder à reparação dos pavimentos e equipamentos que se encontram danificados no Cais da Solaria.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “No percurso pedonal que corre entre a Praia do Porto de Mós e o Talefe da Luz existe um número de placas junto às arribas sinalizando para o perigo de queda e aconselhando os transeuntes a manterem uma distância de segurança das mesmas. A quase totalidade destas placas encontra-se partida e em elevado estado de degradação tornando a sua função inútil



Fl. 14v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ou estando esta gravemente comprometida. O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lagos inste a Câmara Municipal a mandar reparar ou substituir as referidas placas, devolvendo assim a estas a função de aviso para os perigos da aproximação às arribas, razão para o qual lá foram colocadas e desenvolver uma rotina de controlo e manutenção das referidas placas, a fim de serem mantidas em boas condições.”-----

-----Esta Moção foi acompanhada pelos seguintes diapositivos:



-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a entidade que tem competência para resolver esta situação é a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, pelo que o que foi dito para a anterior Moção, serve para esta.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) informou que o Grupo Municipal do PSD alterava a parte final da sua Moção, em apreciação, para: “O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lagos inste a Agência Portuguesa do Ambiente a mandar reparar ou substituir as referidas placas, devolvendo assim a estas a função de aviso para os perigos da aproximação às arribas, razão para o qual lá foram colocadas e desenvolver uma rotina de controlo e manutenção das referidas placas, a fim de serem mantidas em boas condições.”-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 14/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD: “No percurso pedonal que corre entre a Praia do Porto de Mós e o Talefe da Luz existe um número de placas junto às arribas sinalizando para o perigo de queda e aconselhando os transeuntes a manterem uma distância de segurança das mesmas. A quase totalidade destas placas encontra-se partida e em elevado estado de degradação tornando a sua função inútil ou estando esta gravemente comprometida. O Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lagos inste a Agência Portuguesa do Ambiente a mandar reparar ou substituir as referidas placas, devolvendo assim a estas a função de aviso para os perigos da aproximação às arribas, razão para o qual lá foram colocadas e desenvolver uma rotina de controlo e manutenção das referidas placas, a fim de serem mantidas em boas condições.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “O Jardim da Constituição, um dos poucos espaços verdes que a cidade mantém no seu perímetro urbano em condições



de ser usufruído pela população Lacobrigense e por todos os que visitam a nossa cidade foi há alguns anos, alvo de uma intervenção paisagística no âmbito do Programa Polis, que alterou e reordenou a frente ribeirinha da nossa cidade além de outras obras no Centro Histórico. Inexplicavelmente e segundo declarações proferidas em reunião de Câmara pelo Sr. Vereador Luís Bandarra, ficou por aplicar no pavimento em terra do referido Jardim, um material que iria consolidar as areias aplicadas, evitando os constantes lamaçais que se verificam quando chove e as poeiras nos dias secos e ventosos. A acrescer ao problema, o sistema de escoamento de águas pluviais está subdimensionado para a área em questão ocasionando frequentes inundações da zona do Cais Antigo. Por outro lado, todo o equipamento de luminárias instaladas no chão ao longo dos caminhos do Jardim ou se encontra sem funcionar ou está partido e sem lâmpadas que se presumem furtadas. Os bancos de madeira, papeleiras e outros equipamentos encontram-se com aspeto degradado, mal mantido e alguns oferecendo perigo para o público utilizador, conforme se pode verificar pelas fotos que juntamos. Se no verão a desculpa é o excesso de serviço e do pouco tempo para proceder a manutenções, no inverno a desculpa para se deixarem estes equipamentos chegar a este estado será qual? O Grupo Municipal do PSD – Lagos lamenta mais uma vez que os serviços responsáveis pela manutenção e conservação dos equipamentos públicos da cidade aparentem continuar a não ter um plano de ação eficaz para evitar esta e outras situações que se multiplicam por toda a cidade, como é o caso dos Lagos do centro e da Avenida dos Descobrimentos entre outros, que estão à vista de todos. Mas o Jardim da Constituição é uma zona de grande afluência de público, onde inclusive o Município organiza um bom número de eventos de animação turística, gastronómica e cultural e o estado em que se encontra, transmite a todos os que o visitam uma imagem de desleixo e incúria que não é certamente o melhor Postal nem a memória que queremos que guardem da nossa cidade. Assim o Grupo Municipal do PSD – Lagos vem requerer à Assembleia Municipal de Lagos que inste a Câmara Municipal a que: 1 - Promova a finalização do Programa Pólis no que respeita ao Jardim da Constituição. 2 - Proceda à reparação e mantenha ativo um plano de manutenção eficaz dos equipamentos públicos do referido jardim.”-----

-----Esta Moção foi acompanhada pelos seguintes diapositivos:





Fl. 15v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS





-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Câmara Municipal tem já em preparação a resolução do problema referido na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD e anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Moção em apreciação.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que as situações mencionadas, são perfeitamente evitáveis.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 15/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Há cerca de um ano e em boa hora, o Município de Lagos criou uma aplicação informática, vulgo APP onde era possível aceder a informação acerca da oferta desportiva da cidade, com informações sobre Associações e Clubes desportivos, empresas que oferecem experiências na área do desporto-aventura e eventos relacionados. A ideia foi boa e esperamos que esteja a funcionar e consolidada, pois representa uma mais valia na informação prestada ao público interessado nesta área. A nossa proposta vem no sentido de o Município criar um serviço idêntico agora na área cultural, na forma de uma APP com um mapa interativo da nossa cidade onde constem os pontos de interesse, os monumentos e as ruas do Centro Histórico com a toponímia explicada em várias línguas (por exemplo: português, inglês, francês, alemão, espanhol). No caso dos monumentos e pontos de interesse, seriam colocados junto destes uma placa informativa com um código QR que seria fotografado dirigindo a aplicação para um link com o descritivo onde o utilizador escolheria a língua de preferência. Placas devidamente identificadas com um QR Code que permitissem descarregar a APP seriam distribuídas por Hotéis, Estabelecimentos de Alojamento e Alimentação e Bebidas e Lojas. O Município aproveitaria para substituir e uniformizar as placas informativas junto dos monumentos e pontos de interesse da cidade que se encontram degradados, desatualizados em horários, dias de funcionamento, etc., tornando toda esta informação digital, atual e de fácil e económica atualização. Assim o Grupo Municipal do PSD – Lagos vem requerer à Assembleia Municipal que aconselhe a Câmara Municipal de Lagos a tomar medidas para desenvolver ou mandar desenvolver uma aplicação informática com as características atrás descritas



Fl. 16v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

com vista a divulgar junto da população e daqueles que nos visitam o vasto património histórico e cultural do Concelho.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) anunciou o voto contra do Grupo Municipal do PS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD uma vez que já existe o que está a ser solicitado na Moção em apreciação.

-----Esta intervenção foi acompanhada pelo seguinte diapositivo:



-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) disse que uma aplicação da do género da proposta seria de todo o interesse para quem visita o Concelho, sendo uma ferramenta de divulgação do Património histórico-cultural do Concelho, por isso lhe causava confusão o voto contra do Grupo Municipal do PS.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos e de Odiáxere já têm uma aplicação que vai ao encontro do pretendido pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Pedro Moreira (PSD) disse que estava a par da aplicação da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, a qual considera como bastante útil, no entanto o que o Grupo Municipal do PSD propunha era uma coisa diferente e específica para os visitantes do Concelho.-----

-----O Sr. Joaquim Russo (PS) informou que a Câmara Municipal estava prestes a disponibilizar uma plataforma que permitirá fazer o que é proposto pelo Grupo Municipal do PSD, uma vez que permite a criação de diversos mapas do Concelho.-

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	1	2	1	1	10
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 16/AM/2020:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 32 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da



Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 51 minutos.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa: “Propõe-se a alteração da ordem dos Pontos 1 e 2 da Ordem do Dia, passando o Ponto 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município*, para o Ponto 2 da Ordem do Dia e o Ponto 2 - *Apreciação e votação da proposta do Plano de Pormenor para a UOPG 3 do Plano de Urbanização da Meia-Praia*, para Ponto 1 da Ordem do Dia.”-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 17/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 18/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR PARA A UOPG3 DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA-PRAIA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 626-31.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução a este assunto e apresentou a equipa que elaborou o Plano.-----

-----Seguidamente teve lugar a apresentação do Plano de Pormenor para a UOPG3 do Plano de Urbanização da Meia Praia, por parte da empresa que o elaborou – New Paradigm - Investimentos Imobiliários, Lda., tendo representado a empresa o Sr. Arq. Mário Martins, o Sr. Dr. Eduardo Rodrigues e o Sr. Arq. António Caçapo, estando presentes ainda o Sr. Eng. Silva, por parte da equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou todo este processo.-----

-----Esta apresentação, em powerpoint, por parte da New Paradigm, foi composta pelos seguintes diapositivos:



Introdução

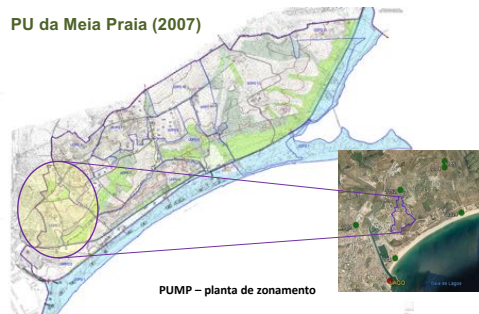
- Execução do Plano de Urbanização da Meia Praia (“PUMP” - 2007) e das áreas integradas em UOPG
- Artigo 83.º, n.º1, do regulamento do PUMP: “A execução de áreas abrangidas pelas UOPG 3, 6, 7 e 13 será precedida de elaboração de plano de pormenor ou operação de reparcelamento, nos termos do capítulo I do presente título”;
- Área de intervenção composta por cerca de 31 parcelas (32,8 ha – das quais resultaram 76 novos lotes a constituir nos termos do PUMP)



Fl. 17v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

PU da Meia Praia (2007)



PUMP – planta de zonamento

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

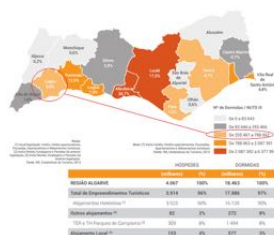
PUMP

• Regras consagradas no PUMP (vd. artigos 37.º/47.º do PUMP)

- Usos: habitacional e turístico (subsidiariamente)
- Parâmetros urbanísticos:
 - Índice bruto de construção máx. habitação / apart. turísticos: 0,2
 - Índice bruto de construção máx. hotéis e apartamentos de 4* ou 5*: 0,4
 - Número máximo de pisos habitação / apart. turísticos / hotéis e apartamentos de 4* ou 5*: 2 / 3 / 4 pisos
 - Cércea máx. habitação / apart. turísticos / hotéis e apartamentos de 4* ou 5*: 6,5 / 11,5 / 14,5 m
 - Uso turístico: inclui alojamento temporário, restauração, animação, estruturas, equipamentos e serviços complementares

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

Indicadores Turismo



Distribuição territorial das dormidas em "alojamentos hoteleiros" e a hóspedes e dormidas em 2014 – fonte: Turismo 2020

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

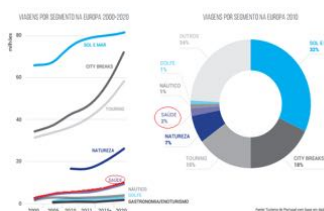
Indicadores Turismo



Estimativa de evolução das receitas turísticas internacionais (% e mil milhões €, 2014-2020)

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

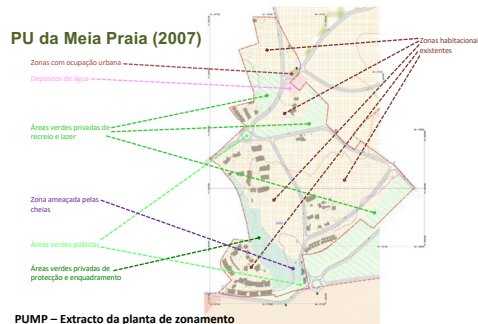
Indicadores Turismo



Desempenho dos diferentes segmentos turísticos a nível europeu entre 2000 e 2020 – fonte: Turismo 2020

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

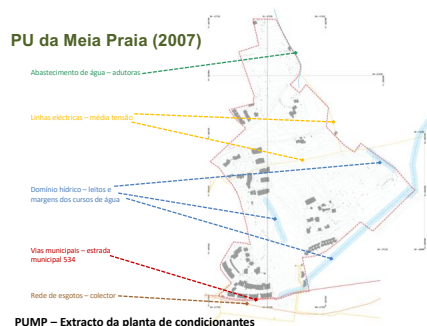
PU da Meia Praia (2007)



PUMP – Extracto da planta de zonamento

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

PU da Meia Praia (2007)



PUMP – Extracto da planta de condicionantes

UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos

Vistas do local



UOPG 3 PLANO DE PORMENOR
Meia Praia - Lagos



Procedimento

Início: dois momentos temporais distintos:

- 1.º Deliberação da CML e proposta contrato de planeamento (CPP) em “divulgação pública” (2013)
- 2.º Deliberação CML – formalização / assinatura CPP e promoção da elaboração PP, aprovando os Termos Referência para “participação pública” e deliberando a não sujeição do PP a Avaliação Ambiental Estratégica para “divulgação pública” (2013)

Entre 2013/ 2019: acompanhamento informal com entidades exteriores ao Município e proprietários / fecho da proposta de PP

Procedimento

Fases percorridas antes de submissão da proposta à Assembleia Municipal de Lagos:

- Discussão pública preventiva (2013)
- Reabertura do procedimento e segunda discussão pública (2018)
- Conferência de serviços e concertação com entidades exteriores ao Município (CCDRA, APA/ ARH, DRCA, DGT, TP, etc. - 2018/2019)
- Período de discussão pública da proposta de plano e do CPP (2019/20);
- Aprovação pela Câmara Municipal de Lagos da proposta final de plano (2020)



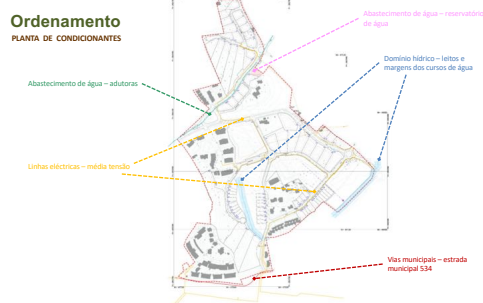
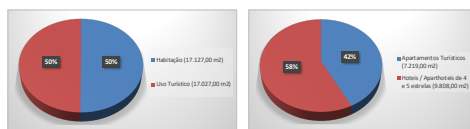
Características genéricas da solução proposta

- N.º de lotes: 76
- N.º de fogos: 72
- Área destinada a lotes (em zonas habitacionais existentes e em zonas turísticas propostas): 115.408,00 m²
- Área total de construção: 34.695,00 m²
- Área destinada a áreas verdes privadas de recreio e lazer: 22.354,00 m²
- Área destinada a áreas verdes privadas de proteção e enquadramento: 23.254,00 m²
- Área destinada a lotes: 161.016,00 m²



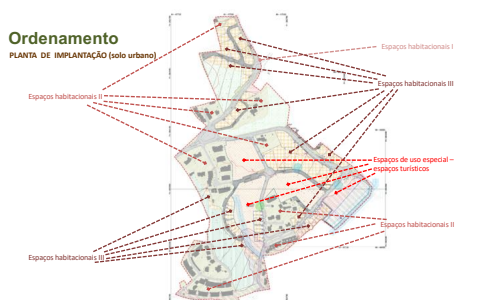
Uso / Área de construção

- Os lotes de maiores dimensões (lote 25, 26, 45 e 58), são destinados a uso turístico, os restantes lotes são destinados a habitação
- Lotes 25 e 26 são destinados a apartamentos turísticos
- Lote 45 e 58 são destinados a hotéis / apartamentos de 4 ou 5 estrelas
- Área de construção:



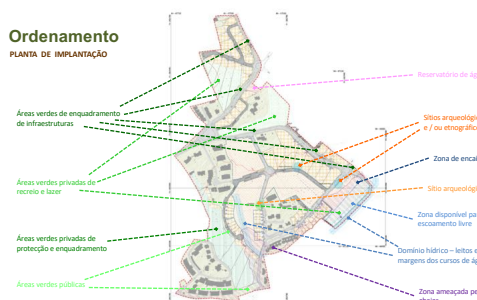
Ordenamento

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO (solo urbano)



Ordenamento

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



Apresentação AML 2020.02.17



-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) começou por agradecer a apresentação feita pela equipa que elaborou o Plano em apreciação. Disse que este Plano, dada a sua importância, deveria ter sido disponibilizado aos Deputados Municipais com mais



Fl. 18v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

antecedência. Sobre o tempo que demorou todo o processo de elaboração e aprovação do Plano de Pormenor referente à UOPG3 disse que não o surpreendia, dada à complexidade do Plano de Urbanização da Meia Praia, tendo elogiado a paciência do promotor, que esperou cerca de sete anos. Disse que a pretensão do promotor em investir no turismo de saúde, era excelente, no entanto perguntou se existe algo escrito nesse sentido ou se se trata apenas de uma pretensão verbalizada.-

-----O Sr. Dr. Eduardo Rodrigues, da New Paradigm, disse que a ideia do turismo de saúde vem na sequência do facto do investidor que promoveu a elaboração do Plano de Pormenor em apreciação, estar ligado à prestação de serviços de saúde no Reino Unido e por isso tem experiência e conhecimento para reproduzir a atividade que tem promovido no seu país de origem, adaptada, obviamente, a Portugal. Referiu que o contrato que foi celebrado com o investidor, acolhe esta intenção do promotor. Disse que o Plano de Urbanização da Meia Praia prevê a existência de serviços complementares, enquadrando-se esta pretensão nisso mesmo. Referiu ainda que esta pretensão foi acolhida por todas as entidades relacionadas com a elaboração deste Plano, com grande entusiasmo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que desde o início das conversações com o promotor que a questão do turismo de saúde foi colocada, tendo em consideração o investimento que o promotor tem em Inglaterra. Sobre a disponibilização dos documentos aos Deputados Municipais, disse que a Câmara Municipal enviou a documentação para a Assembleia Municipal no dia 6 de fevereiro, cabendo à Comissão Permanente da Assembleia Municipal, gerir tudo o resto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) começou por agradecer a presença da equipa que elaborou o Plano em apreciação. Disse que este projeto vai qualificar, de uma forma significativa, uma zona do território municipal que há muito requer uma intervenção. Partilho a perplexidade do Sr. Artur Rêgo relativamente ao tempo disponível para análise da documentação referente ao presente Ponto da Ordem do Dia. Disse que as preocupações relacionadas com a falta de água no Algarve estão a preocupar todos, pelo que perguntou se o Plano em apreciação tinha previsto um projeto de sustentabilidade hídrica para a manutenção de todos os espaços verdes que constam no Plano.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que as intervenções por parte da empresa e do Sr. Presidente da Câmara Municipal, não lhe esclareceram a questão por si colocada, que era de que se existia algum vínculo que obrigasse o promotor a fazer investimento no turismo de saúde, ou se a presente intenção do presente, no futuro podia deixar de existir e ser feito investimento de outra ordem turística.-----

-----O Sr. Dr. Eduardo Rodrigues, da New Paradigm, disse que o único contrato que tem conhecimento que foi celebrado, foi entre o promotor e o Município, e tratou-se do contrato de planeamento que permite esta apreciação do Plano de Pormenor, que prevê a instalação de um empreendimento turístico com as características mencionadas.-----

-----O Sr. Arq. Mário Martins, da New Paradigm, disse que o empreendimento turístico, em termos formais, enquadra-se num empreendimento turístico numa



categoria de um empreendimento turístico, não vinculando o promotor. Referiu que o presente Plano tem um determinado nível de detalhe, o qual está enquadrado com a Lei.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) solicitou esclarecimentos sobre o conceito de “zona inundável”.-----

-----O Sr. Dr. Eduardo Rodrigues, New Paradigm, disse que a ideia relativamente aos espaços verdes previstos no Plano, é que os mesmos sejam concebidos na perspetiva de não ser necessário grande volume de água para os manter. Referiu que existiu um cuidado especial relativamente à questão hidrológica, e por isso o Plano inclui um estudo hidrológico. Disse que a zona inundável prevista no Plano, está presumida de acordo com estudos realizados em conjunto com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, estando as questões relacionadas com grandes caudais de água acauteladas, através de bacias de retenção e de escoamentos livres, estando ainda uma zona reservada para que faça uma retenção no caso de um caudal fora do normal. Referiu que existem zonas em que as cotas do piso de habitação e turismo são superiores à cota local da máxima cheia conhecida, não podendo ser inferior a quatro metros o que permite que a água circule e que não sejam colocadas em causa pessoas e bens.-----

-----O Sr. Arq. Mário Martins, da New Paradigm, disse que o que estava a ser apresentado, relativamente às questões hídricas, era o resultado de indicações dadas por especialistas e pela APA.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que Lagos é uma cidade que tem, felizmente, cada vez mais turismo, sendo que isso faz com que em determinadas alturas a Meia Praia seja uma zona difícil de aceder, por isso perguntou se existia algo previsto para melhorar os acessos à zona.-----

-----O Sr. Arq. Mário Martins, da New Paradigm, disse que o que foi feito em termos de Plano de Pormenor, foi a concretização das vias previstas no Plano de Urbanização da Meia Praia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que era importante perceber que o Plano em apreciação era para aquela faixa do território e não para todo o território. Referiu, no entanto, que existia a possibilidade de fazer um acesso à Meia Praia pela variante de Odiáxere e um outro pela rotunda do Chinicato.-----

-----O Sr. Eng. Silva, da Câmara Municipal, disse que as acessibilidades à Meia Praia partiam de dois pontos fundamentais, a variante sul da Vila de Odiáxere e a entrada através da povoação do Chinicato, sendo que no primeiro existiria um acesso direto à Via do Infante e na segunda verificar-se-ia uma dispersão do tráfego. Referiu que com a não construção da variante sul da Vila de Odiáxere foi criado um problema ao nível das acessibilidades à Meia Praia. Relativamente à acessibilidade à cidade, disse que estava a ser elaborado um estudo de tráfego na cidade para que fossem estudadas soluções para diminuir os constrangimentos verificados nas chamadas horas de ponta.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) agradeceu os esclarecimentos prestados, apesar de ter ficado com dúvidas sobre as soluções previstas no Plano relativamente a cheias, uma vez que a solução das bacias de retenção lhe parecia ultrapassada.



Fl. 19v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Paulo Toste (PS) começou por dizer que o Grupo Municipal do PS constata a utilidade do projeto e a sua pertinência quer a nível turístico, quer a nível da economia local e regional, assim como constata a requalificação de um espaço tão nobre. Referiu a confiança nos técnicos que elaboraram o Plano. Destacou a paciência do promotor, uma vez que teve que aguardar cerca de sete anos para que tudo estivesse pronto para aprovação. Terminou afirmando que o Grupo Municipal do PS estava em condições de aprovar o Plano em apreciação.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) informou que o Grupo Municipal do CDS iria votar a favor da aprovação do Plano de Pormenor para a UOPG3 do PUMP, com as condicionantes anteriormente referidas, sendo o promotor livre de desenvolver no local aquilo que bem entender, dentro da Lei.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, agradeceu a presença da equipa que elaborou o Plano de Pormenor, dos técnicos municipais que acompanharam o processo e do promotor.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR PARA A UOPG3 DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA**, tendo verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	1	0	1	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 19/AM/2020:**

-----Apreciada a versão final do Plano de Pormenor para a UOPG3 do Plano de Urbanização da Meia Praia, foi deliberado, por maioria, nos termos do n.º 1 do Artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com as alíneas h) e r) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, **aprovar** o Plano de Pormenor para a UOPG3 do Plano de Urbanização da Meia Praia, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 5 de fevereiro de 2020.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 18 de fevereiro de 2020, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 23 horas e 53 minutos, tendo declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos,



mandei lavar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----
